



Posição ANEM

Faculdade de Medicina
Universidade de Coimbra
Rua Larga, 4º andar
3004-504, Coimbra

Fax 239 828 032
Tlm 966 682 481

presidente@anem.pt

www.anem.pt

Posição ANEM em relação à Abertura de Novos cursos de Medicina em Portugal

Face ao progressivo aumento de Escolas Médicas em Portugal, a Associação Nacional de Estudantes de Medicina (ANEM), enquanto legítima representante de todos os estudantes de Medicina, não pode deixar de se manifestar **contra a abertura de mais Escolas Médicas em Portugal.**

É do conhecimento geral que o Sistema Nacional de Saúde está longe de responder eficazmente a todas as necessidades da população, o que tem gerado vagas de descontentamento e pressão da opinião pública sobre o poder político. Adicionalmente tem-se assistido a um **aproveitamento desta situação por parte dos mais diversos interesses** que vêm inculcando na sociedade ideias que, por estarem erradas, urge esclarecer, nomeadamente a pertinência da necessidade e criação de novos cursos de Medicina em Portugal.

Os dados mais recentes relativos ao número de médicos portugueses, publicados no Relatório Anual da OCDE, em 2010, referem que **o número de médicos em Portugal - 3,7 clínicos por mil habitantes – está quatro décimas acima da média dos 31 estados-membros (3,3) da OCDE** e se aproxima do topo encabeçado pela Grécia (6) e Áustria (4,6).

Em 2009 foi publicado um estudo que avaliou as necessidades previsionais do número de médicos tendo em conta a capacidade formativa pré e pós-graduada. Todas as projecções de evolução do Serviço Nacional de Saúde idealizadas dão conta de um **excedente de profissionais formados** que poderá alcançar, em 2020, **mais de 6000 médicos especialistas¹**, uma preocupação para a qual tanto a ANEM como a Ordem dos Médicos já há muito vêm advertindo.

Embora Portugal tenha um rácio de médicos por mil habitantes superior à média europeia, **existe uma incorrecta**

¹ Necessidades Previsionais dos Recursos Humanos em Saúde – Médicos, Paula Santana, 2009.

distribuição por especialidade e região, o que leva à insatisfação da população e a uma **errada percepção** de escassez de médicos.² Irreflectidamente, e como resposta, o *numerus clausus* foi progressivamente aumentando (atingindo a cada ano máximos históricos), **tendo registado em 2010/2011 o recorde de 1661 vagas³, cerca do triplo do valor de há 10 anos atrás.**

Será a criação de novos cursos a solução?

A criação de novos cursos de Medicina é uma medida que não irá solucionar estes problemas. Os **défices** que são percebidos actualmente **não serão** colmatados através do aumento desmesurado do número de vagas para Medicina uma vez que os **efeitos práticos desta medida apenas serão alcançados cerca de uma década após a sua implementação**, visto que este é o período mínimo para a formação de um médico. Recomenda-se assim a utilização de **políticas integradas e sustentáveis** para a resolução desta problemática.

Para além disso, **para que um médico possa exercer autonomamente, tem de frequentar obrigatoriamente um programa de formação específica**, pelo que **incorremos no risco de**, tal como a própria Ordem dos Médicos já afirmou, **ser ultrapassada a capacidade formativa disponível.**

Este cenário leva inevitavelmente a uma diminuição da qualidade dos profissionais de saúde com conseqüente prejuízo dos cuidados prestados à população.

A criação de novas escolas médicas implica ainda um avultado **investimento financeiro** que contraria a resolução de contenção orçamental acordada no memorando da *troika*

² CIPES, 2001.

³ Direcção Geral do Ensino Superior, MCTES (este valor não inclui o número de vagas para os concursos especiais)

(FMI/BCE/CE). Tendo em conta que o problema não é o número de médicos total mas sim a sua distribuição, a solução passa “por actualizar anualmente o inventário de todos os médicos activos por especialidade, idade, região (...) e projectar as necessidades actuais e futuras em cada uma das categorias”, tal como recomendado no mesmo memorando.

Importa igualmente referir que numa altura em que Portugal atravessa um período de reconhecidas dificuldades económico-financeiras, **as despesas associadas à criação de novos cursos e a sua concretização parecem uma medida irresponsável e completamente descontextualizada da realidade actual**, sobretudo se se tiver em conta que, os indicadores da Organização Mundial de Saúde apontam, em média, para uma **Escola Médica por cada 2 milhões de habitantes**. Portugal conta já com 9 Escolas, pelo que se está **claramente a esbanjar recursos financeiros** que poderiam ser alocados a outras áreas profundamente carenciadas.

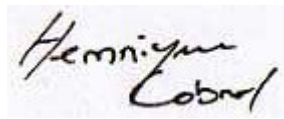
Conclusão

Por todos os argumentos apresentados, a Associação Nacional de Estudantes de Medicina vem por este meio manifestar-se veementemente **contra a criação de novos cursos de Medicina em Portugal**.

Portugal tem um problema de distribuição de médicos por região e especialidade, não um défice do seu número total. A criação de novos cursos representa um **investimento insustentável** e não é, de todo, uma solução para a actual situação. Só uma adequada planificação dos recursos e conseqüente apropriada distribuição dos médicos por especialidade e região possibilitará ao Serviço Nacional de Saúde responder às necessidades da população sem comprometer a qualidade do exercício da Medicina em Portugal.

Como tal, a ANEM **não pode ser conivente com nenhuma medida que atente contra a qualidade do ensino e da prática médica em Portugal, como a criação de novas escolas médicas, defendendo a existência de um plano de desenvolvimento equilibrado, racional e sustentável.**

Pela ANEM,

A handwritten signature in black ink on a light-colored background. The signature reads "Henrique Cabral" in a cursive script.

Henrique Cabral
Presidente da Direcção da ANEM